



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS 20 ANOS DO

CÓDIGO DAS  
SOCIEDADES  
COMERCIAIS

HOMENAGEM AOS PROFS. DOUTORES  
A. FERRER CORREIA, ORLANDO DE CARVALHO  
E VASCO LOBO XAVIER

VOLUME II

VÁRIA



ADVINO AD OMNES

Coimbra Editora

## ÍNDICE

|  | Págs. |
|--|-------|
| <b>VÁRIA</b>   |       |
| A. SANTOS JUSTO — <i>Contrato de transporte marítimo (direito romano)</i> .....  | 11    |
| ABÍLIO VASSALO ABREU — <i>Uma relectio sobre a acessão da posse (artigo 1256.º do Código Civil)</i> .....  | 43    |
| AMÍLCAR DA COSTA P. MESQUITA — <i>O Direito Comercial até à Lei da Boa Razão no quadro económico português</i> .....   | 189   |
| ANA FILIPA MORAIS ANTUNES — <i>O instituto da aquisição tendente ao domínio total (artigo 490.º do CSC): um exemplo de uma “expropriação legal” dos direitos dos minoritários?</i> .....   | 203   |
| ANA LUÍSA BALMORI-PADESCA — <i>O Direito Internacional Privado chinês — Alguns elementos para o seu estudo</i> .....   | 255   |
| ANA MARIA TAVEIRA DA FONSECA — <i>A protecção legal e estatutária dos sócios minoritários na transformação das sociedades por quotas em sociedades anónimas</i> .....  | 275   |
| ANTÓNIO PEDRO A. FERREIRA — <i>Um caso especial de cessão de créditos sem garantia — O denominado forfaiting</i> .....   | 337   |
| AUGUSTO TEIXEIRA GARCIA — <i>A cláusula de preferência quanto à transmissão de acções: algumas notas</i> .....   | 379   |
| BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER — <i>Procedimentos na empresa (para uma visão procedimental do Direito do trabalho)</i> .....   | 409   |
| BRANCA MARTINS DA CRUZ — <i>Contaminação inevitável dos Direitos empresarial e societário pelo Direito do ambiente. A responsabilidade ambiental enquanto princípio conformador do exercício da actividade empresarial</i> ..... | 439   |
| CARLOS SARDINHA — <i>A unção régia e o significado da distinção entre unctio exterior e unctio interior. Breves notas a propósito de uma decretal de Inocência III</i> .....   | 493   |

|  | Págs. |
|--|-------|
| CATARINA SERRA — <i>O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Direito Registral</i> .....   | 505   |
| CRISTINA M. M. QUEIROZ — <i>Constituição e poder judicial</i> .....  | 523   |
| EMÍLIO RUI VILAR — <i>Fundações — Legitimidade, responsabilidade e (auto-)regulação</i> .....  | 535   |
| FÁTIMA GOMES — <i>Reflexões em torno dos deveres fundamentais dos membros dos órgãos de gestão (e fiscalização) das sociedades comerciais à luz da nova redacção do artigo 64.º do CSC</i> .....   | 551   |
| FERNANDA NEVES REBELO — <i>O direito de livre resolução no quadro geral do regime jurídico da protecção do consumidor</i> .....  | 571   |
| FERNANDO DE GRAVATO MORAIS — <i>Locação financeira de estabelecimento comercial</i> .....  | 619   |
| FERNANDO JOSÉ BRONZE — <i>O direito, a internacionalização e a comparação de sistemas jurídicos (ou a pessoalização como tarefa realizanda, a universalização como objectivo utópico e a relativização como coordenada metódica)</i> ..... | 637   |
| FERNANDO OLIVEIRA E SÁ — <i>A transformação de créditos em capital e o problema das entradas em espécie ocultas</i> .....  | 671   |
| FRANCISCO LIBERAL FERNANDES — <i>Notas sobre a flexibilização do tempo de trabalho</i> .....   | 705   |
| GLÓRIA TEIXEIRA / JOÃO FÉLIX NOGUEIRA — <i>Segurança Social — Uma perspectiva fiscal</i> .....   | 741   |
| J. J. GOMES CANOTILHO — <i>A liberdade religiosa entre o juspositivismo constitucional e a judicialização dos conflitos religiosos</i> .....   | 779   |
| JOANA NUNES VICENTE / MILENA SILVA ROUXINOL — <i>VIH/SIDA e contrato de trabalho</i> .....   | 789   |
| JOÃO PACHECO DE AMORIM — <i>A liberdade de empresa</i> .....   | 849   |
| JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO — <i>As fronteiras justlaborais e a (falsa) presunção de laboralidade do art. 12.º do Código do Trabalho</i> .....  | 931   |
| JOSÉ ALBERTO RODRÍGUEZ LORENZO GONZÁLEZ — <i>Um caso de preferência do arrendatário de prédio urbano na aquisição do locado</i> .....  | 991   |
| JOSÉ CASALTA NABAIS — <i>A soberania fiscal no quadro da integração europeia</i> ....  | 1025  |

|  | Págs. |
|--|-------|
| JOSÉ JOÃO ABRANTES — <i>Algumas notas sobre o contrato de mútuo</i> .....  | 1057  |
| JOSÉ JOÃO GONÇALVES DE PROENÇA — <i>O princípio da autonomia da vontade em Direito Internacional Privado</i> ..... | 1069  |
| JOSÉ LEBRE DE FREITAS — <i>A apreensão liminar como antecipação do arresto de navio</i> .....                      | 1095  |
| JOSÉ MANUEL MEIRIM — <i>O desporto profissional na futura lei quadro do desporto</i> .....                         | 1105  |
| JOSÉ NEVES CRUZ — <i>A “nova” economia política</i> .....  | 1139  |

# O INSTITUTO DA AQUISIÇÃO TENDENTE AO DOMÍNIO TOTAL (ARTIGO 490.º DO CSC): UM EXEMPLO DE UMA “EXPROPRIAÇÃO LEGAL” DOS DIREITOS DOS MINORITÁRIOS?

ANA FILIPA MORAIS ANTUNES (\*)

## § 1.º INTRODUÇÃO

1. A principal questão suscitada a propósito do instituto da aquisição tendente ao domínio total (consagrado no artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais — CSC) prende-se com o problema de saber se o mesmo funciona como instrumento de «esmagamento compulsivo» das posições jurídicas minoritárias <sup>(1)</sup>. O instituto, dirigindo-se às relações inter-societárias e pressupondo a existência de uma sociedade dominante e uma sociedade dominada, assume, ainda, um papel estruturante na dinâmica das relações entre maioria e minorias <sup>(2)</sup>.

---

(\*) Assistente-estagiária da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Doutoranda da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa em Direito Privado. Este estudo corresponde, com ligeiras alterações, à segunda parte do relatório apresentado na fase escolar de mestrado e doutoramento em direito privado, no módulo de *Sociedades Comerciais*, coordenado pelo Senhor Professor Pessoa Jorge, na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Aproveitou-se, todavia, a oportunidade de publicação para se proceder a actualizações legislativas, bem como a algumas alterações sistemáticas e formais.

<sup>(1)</sup> A aquisição tendente ao domínio total tem, igualmente, consagração no Código dos Valores Mobiliários (CVM), em matéria de ofertas públicas de aquisição, nos artigos 194.º a 197.º A nossa análise vai, no entanto, circunscrever-se à figura regulada no CSC.

<sup>(2)</sup> A preocupação em torno da tutela dos accionistas minoritários, designadamente em caso de operações de reestruturação e de cooperação, subjaz no Estatuto da Sociedade Europeia, aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 2157/2001, do Conselho (v. *Jornal Oficial*